

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ N° 41.972.185/0001-83

NIRE N° 42 3 0005393-7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agrônômica – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Graúna Transmissora de Energia S.A. (“Graúna” ou “Companhia”), anteriormente denominada “Safira Transmissão de Energia S.A.” tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Graúna Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção de instalações de energia elétrica, localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, conforme contrato de Contrato de Concessão 02/2024 - Aneel Lote 1, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 12.2029. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (09.12.2024). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R\$ 252,2 milhões (base março de 2024).

Descritivo - Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2024 - Aneel

Novos ativos:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Jaguara - Araxá 3	58	345
Curitiba Oeste - Abdon Batista 2	258,7	525
Abdon Batista - Abdon Batista 2	9,4	525
Abdon Batista 2 - Segredo	230	525
Segredo - Cascavel Oeste	187,2	525
Bateias - Ponta Grossa	36,6	525
Total	779,9	

Subestações
SE 525 kV Curitiba Oeste
SE 525 kV Abdon Batista 2

Ativos existentes:

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Aimorés - Conselheiro Pena	72	230
Aimorés - Mascarenhas	13,6	230
Conselheiro Pena - Governador Valadares 6	71	230
Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2	6	230
Total	162,6	

Subestações
SE 230/138 kV Mascarenhas - 300 MVA
SE 230 kV Aimorés

Controle Acionário

A Graúna é controlada pela ENGIE Transmissão de Energia Participações II, que por sua vez é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”). Sediada em Florianópolis, a ENGIE é plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua Administração é realizada pela ENGIE. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado no projeto.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2024	31.12.2023 (não auditado)	Varição (R\$)	Varição %
Receita operacional líquida	3.477	-	3.477	0,0
Custos operacionais	(1.591)	(1)	(1.590)	159.000,0
Resultado do serviço (EBIT)	1.871	(1)	1.872	187.200,0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.235	(1)	1.236	123.600,0

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Graúna e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Em 2024, foram iniciadas as obras de implantação do Sistema de Transmissão Graúna. Em decorrência disso, a Companhia registrou, no exercício corrente, R\$ 1.736 de receita de construção de infraestrutura de transmissão, complementado pelo registro de R\$ 1.741 na remuneração do ativo de contrato.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

Agradecimentos

A Administração de Graúna agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023 (não auditado)
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		111	39
Ativo de contrato	4	4.929	-
Outros ativos circulantes		116	-
		5.156	39
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	4	42.884	-
Outros ativos não circulantes		492	-
		43.376	-
		43.376	-
TOTAL		48.532	39
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023 (não auditado)
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		619	-
Dividendos	5.c	293	-
Obrigações fiscais e regulatórias		3	-
		915	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		636	-
		636	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	5		
Capital social		46.040	40
Reservas de lucros		941	-
Prejuízos acumulados			(1)
		46.981	39
TOTAL		48.532	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023 (não auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6	3.477	-
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(1.591)	-
Serviços de terceiros		-	(1)
		(1.591)	(1)
RESULTADO BRUTO		1.886	(1)
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(15)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.871	(1)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido		(636)	-
		(636)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.235	(1)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	2024	2023 (não auditado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.235	(1)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.235	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31.12.2022 (não auditado)		10	-	-	-	10
Aumento de capital		30	-	-	-	30
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31.12.2023 (não auditado)	5	40	-	-	(1)	39
Aumento de capital		46.000	-	-	-	46.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.235	1.235
Destinações propostas à AGO:						
-Reserva legal		-	62	-	(62)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(293)	(293)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	879	(879)	-
Saldos em 31.12.2024	5	46.040	62	879	-	46.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	1.871	(1)
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(1.741)	-
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(1.736)	-
Resultado antes dos tributos ajustado	(1.606)	(1)
Redução (aumento) nos ativos		
Ativo de contrato	(44.336)	-
Outros ativos	(608)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	619	-
Obrigações fiscais e regulatórias	3	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	(45.928)	(1)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	46.000	30
Caixa líquido das atividades de financiamento	46.000	30
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	72	29
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	39	10
Saldo final	111	39
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	72	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRAÚNA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 41.972.185/0001-83 | NIRE Nº 42 3 0005393-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Graúna Transmissora de Energia S.A. (“Graúna” ou “Companhia”), anteriormente denominada “Safira Transmissão de Energia S.A.”, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 17.05.2021, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 27.09.2024, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2024, promovido pela Aneel, o Lote 01, localizado nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, que totaliza aproximadamente 944 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 252.245, a valores de março de 2024. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 09.12.2024.

Em 2024 e 2023, os Administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2025.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.736
Indenização paga pelos ativos existentes	44.336
Juros	196
Variação monetária	1.545
Saldo em 31.12.2024	47.813
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	4.929
Ativo não circulante	42.884
	47.813

b) Premissas adotadas e outras informações relevantes

	Graúna ¹
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	252.245
RAP anual – Construção (valor nominal)	237.110
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2024	2,9 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2024 ²	1.591
Estimativa para entrada total em operação comercial	dezembro de 2029
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2030
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	09.12.2024
Vigência do contrato de concessão	dezembro de 2054
Leilão	002/2024
Lote adquirido	Lote 1
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	48,1%
Quantidade de subestações	4
Extensão da linha de transmissão	944 km

(1) O lote 1 prevê a instalação de cerca de 780 km de novas linhas de transmissão e duas novas subestações, bem como a continuidade na prestação de serviços de ativos existentes (164 km de linhas de transmissão e duas subestações).

(2) Valores desconsiderando o montante pago à título de indenização pelo ativos existentes

c) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Graúna
2026	84
2027	281
2028	1.608
2029	1.622
2030	1.631
2031 a 2035	8.068
2036 a 2054	29.590
	<u>42.884</u>

NOTA 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2024, é de R\$ 46.040 (R\$ 40 em 31.12.2023), representado por 46.040.000 ações ordinárias (40.000 em 31.12.2023), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à ETP II.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2024 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implantação do Sistema de Transmissão Graúna.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2024
Reserva legal	62
Reserva de retenção de lucros	879
	<u>941</u>

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2024, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 879 do lucro do exercício de 2024 para reserva de retenção de lucros para fazer frente aos compromissos financeiros futuros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos do exercício de 2024 está apresentada a seguir:

	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	1.235
Reserva legal	(62)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	<u>1.173</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	293
Total dos dividendos anuais	<u>293</u>

c.1) Mutação dos dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios	293
Saldos em 31.12.2024	293

NOTA 6. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024
Remuneração de ativo de contrato	1.741
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.736
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.477

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Graúna Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Muller
Diretor Executivo

Leandro Marcos Magri
Direto Técnico-Operacional

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Graúna Transmissora de Energia S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Graúna Transmissora de Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



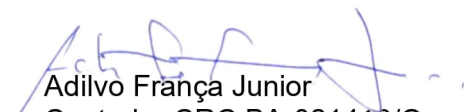
Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O